



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA N.º. 16/2015

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM UM DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----

-----Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho n.º 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 17 de junho findo, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Deu ainda conhecimento da publicação no Diário da República de:-----

-----Portaria número 149/2015, de 26 de maio – Regula os termos e a transição do parecer prévio favorável da autorização para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços pelas autarquias locais, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, prevista no artigo 6º. do Decreto-Lei número 209/2009, de 3 de setembro.-----

-----Portaria número 180/2015, de 19 de junho – Estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 1 julho a 30 de setembro, no ano de 2015.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 121, referente ao dia 30 de junho findo, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os ofícios com referências 239 a 245 datados de 25 de junho findo, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua 3ª. sessão ordinária realizada no pretérito dia 19 de junho deliberou: -----

----- Aprovou por maioria, com dez (10) votos a favor dos Membros do Grupo do PPD/PSD e quinze (15) abstenções, sendo catorze (14) dos Membros do Grupo do PS e uma do Membro do CDS-PP, a Proposta de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU);-----

-----Aprovou por unanimidade o Projeto de Regulamento “Cartão Mortágua Jovem”;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Aprovou por maioria, com dez (10) votos a favor, sendo 9 (nove) dos Membros do Grupo do PPD/PSD e uma (1) de Membro do Grupo do PS, e treze (13) abstenções dos Membros do Grupo do PS e um (1) voto contra de Membro do CDS-PP, Projeto de Regulamento “Município Presente”;-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de cento e oitenta e três euros e quarenta centimos (183,40 €) ao Rancho Folclórico e Etnográfico “Os Irmânicos” da Marmeleira referente à emissão de autorização de utilização relativa ao processo nº.1/2013/211 de Alterações do Museu Etnográfico;-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão à Sociedade Agrícola Boas Quintas, Lda da isenção de pagamento de taxa de licenciamento no valor de três mil seiscientos e trinta euros e oitenta centimos (3.630,80€) e de seis mil quinhentos e três euros e oitenta e cinco centimos (6.503,85 €) de TMU referente ao Procº. 01/2014/236 de construção de adega industrial, sita nas Rigueiras;-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão à DMCAR – Manutenção e Reparação de Veículos, Lda. da isenção de pagamento de taxa de licenciamento no valor de duzentos e trinta e seis euros e cinquenta e quatro centimos (236,54 €) referente ao Procº. 01/2013/97 de construção de muro de vedação no seu edifício sede;-----

-----Aprovou por maioria, com nove (9) votos a favor dos Membros do Grupo do PPD/PSD e quinze (15) abstenções, sendo catorze (14) dos Membros do Grupo do PS e uma (1) do Membro do CDS-PP, a Consolidação das Contas de 2014 do Município de Mortágua. (ponto adicionado à Ordem de Trabalhos nos termos do número 2 do artigo 50º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – GEDIPE –

Notificação dos Municípios – Comodato Público de Obras:-----

-----Foi presente a circular referência 63, de 26 de junho findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual informa que tem sido consultada pelos seus associados, sobre o teor de um ofício que uma sociedade de advogados, mandatária da GEDIPE, tem enviado a diversos Municípios, referindo a obrigatoriedade do pagamento dos direitos de autor referentes ao empréstimo “comodato público” – de obras audiovisuais que, no caso de algumas bibliotecas municipais, ascendem a centenas de milhares de euros.-----

-----Cumprindo-lhe assim informar que o Decreto-Lei número 332/97, de 27 de novembro, alterado pela Lei número 16/2008, de 1 de abril, no seu artigo 6º., número 3 - isenta de forma expressa – as bibliotecas públicas municipais do direito de remuneração para efeitos do direito de autor.-----

-----Afigurando-se deste modo que a pretensão apresentada pela aludida entidade carece, em absoluto, de enquadramento legal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Pareceres:-----

-----Foi presente o correio eletrónico, datado de 12 de junho findo, da ANMP a informar que a partir daquela data se encontram disponíveis, para consulta, os seguintes pareceres, aprovados pelo Conselho Diretivo da ANMP, na sua reunião de 9 de junho.-----

----- Projeto de Decreto-Regulamentar – critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano “Parecer da ANMP”.-----

----- Projeto de Lei nº. 790/XII – Lei de apoio à maternidade e paternidade “Parecer da ANMP”.-----

-----Proposta de Decreto-Lei - Organização interna e funcionamento da Comissão Nacional de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens “Parecer da ANMP”.-----

-----Projeto de Decreto-Lei - Primeira alteração à Organização e Funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional “Parecer da ANMP”.-----

-----Projeto de Diploma Requisitos de acesso de técnicos instaladores de sistemas térmicos c/ base em energias renováveis “Parecer da ANMP”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.4.-RENÚNCIA DO CARGO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO SOBRAL:-----

-----Foi presente a carta, datada de 16 de junho findo, do Senhor José Alexandre Dias a comunicar que, a partir de 17 de junho de 2015, vai renunciar ao cargo de Presidente da Junta de Freguesia do Sobral, para o qual foi eleito para o mandato de 2013-2017, por motivo de saúde.-----

-----O Senhor Presidente propôs que constasse da presente ata um voto de agradecimento e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e dedicação no desempenho das funções de Presidente da Junta de Freguesia do Sobral ao longo de todos estes anos.-----

----- A Câmara aprovou por unanimidade a proposta.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 23 e 24/2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do número 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

5.1.2.-Bolsas de Estudo de 2014/2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica de Ação Social de análise processual dos dezasseis (16) processos entrados nos serviços para efeitos de atribuição de Bolsa de Estudo (8 - Ensino Superior Politécnico; 7 do Ensino Superior Universitário e 1 do Ensino Secundário), reunindo todos condições para admissão, e que se dá aqui por integralmente reproduzida e que propõe o seguinte:-----

-----1.-Atribuição de uma bolsa de cem euros (100,00€) aos alunos Adriana Montalverne Almeida Mendes (Processo nº 1), João Pedro da Silva Rodrigues (processo nº 2), Cátia Andreia Machado Gouveia dos Santos (processo nº 4), Flávio André Simões Gomes (processo nº 5), Cátia da Silva Mira Abreu (processo nº 6), Ruben Carreira Martins (processo nº 8), Luís Carlos Pereira Santos (processo nº 10), Lara Alexandra Simões Lima (processo nº 11), Mónica Alexandra Martins Oliveira (processo nº 12) Renata Marques de Almeida (processo nº 13), Diogo Porto da Cruz (processo nº 14) Rita Piedade Vitório Gomes (processo nº 16). -----

-----2.-Que aos titulares dos processos nº 3 (Ruben Edgar Gomes Martins), nº 7 (Cristiana Matos de Almeida), não seja atribuída bolsa de estudo por terem uma capacitação superior a quatrocentos e dezanove euros e vinte e dois cêntimos (419,22€).-----

-----3.-Que ao titular do processo nº 9 (Bernardo José Inácio Gomes) não seja atribuída bolsa de estudo pelos motivos constantes nas alíneas a) e b) da presente informação. -----

-----4.-Que à aluna do Ensino Técnico Profissional – Escola Beira Aguireira (Mortágua), processos: nº 15 (Ana Maria Gomes da Silva) não seja atribuída a bolsa de estudo, muito embora tenham uma capacitação inferior a quatrocentos e dezanove euros e vinte e dois cêntimos (419,22 €), não lhe parece que neste grau de ensino e não condição de alunas não deslocada os encargos tidos com a educação (20,00€) onerem o orçamento familiar e coloquem em causa o prosseguimento de estudos.-----

-----Considerando que esta Câmara fixou como montante global máximo de dez mil euros



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(10.000,00€) para atribuição de bolsas de estudo, podendo ser alterado em função das candidaturas apresentadas. (nº 1 do Edital nº 34/2014 de 3 de Outubro de 2014);-----

-----Atendendo que estão propostas a atribuição de doze bolsas no valor de cem euros (100,00€) cada, o que perfaz o montante total de doze mil euros (12.000,00€);-----

-----Propõe ainda que se dê cumprimentos ao mencionado no nº 1 do Edital; e que assim o valor de dez mil euros (10.000,00€) seja alterado para doze mil euros (12.000,00€). “-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade alterar o valor global de atribuição das Bolsa de Estudo para doze mil euros (12.000,00 €) e aprovar a proposta de atribuição de bolsa aos processos números 1,2,4, 5,6,8,10,11,12,13,14,16 no valor de cem euros (100,00 €).-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade:-----

-----1.- Não atribuir bolsa nºs. 3 e 7 por terem uma capacitação superior a quatrocentos e dezanove euros e vinte e dois centimos (419,22€).-----

-----2.- Não atribuir bolsa de estudo ao:-----

-----a) Processo nº. 9 considerando que não se candidatou à Bolsa do Ministério de Educação, porque deixou passar o prazo para a sua entrega;-----

-----b) Processo nº. 15, considerando que é aluna da Escola Profissional Beira Aguireira e os encargos tidos com educação daquele grau ensino e a condição de aluna não deslocada não oneram o orçamento familiar e nem colocam em causa o prosseguimento de estudos.-----

-----3.- Proceder às formalidades do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 06020305 – Outras Despesas, com um saldo de trezentos e oitenta e nove mil trezentos e vinte e um euros e dezoito centimos (389.321,18 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 01 Educação e Juventude, no projeto 2015/5012 – Bolsas de Estudo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-SERVIÇOS CULTURAIS DESPORTIVOS E RECREATIVOS:-----

6.1.1.-Marchas Populares:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta, datada de 14 de maio findo do Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira:-----

-----“No próximo dia 3 de julho decorrerão as Marchas Populares, contando com a colaboração das Associações do Concelho que à semelhança do ano passado, demonstram um enorme entusiasmo, empenho e brio, denotando criatividade, qualidade e rigor no trabalho a apresentar.-----

-----Irão participar sete (7) marchas, acompanhadas pela Filarmónica de Mortágua.-----

-----Assim, no cumprimento do Plano de Atividade do município, solicitava-se um apoio às associações participantes, no montante até quinhentos euros (500 €) por marcha, a atribuir às seguintes associações;-----

----- Associação Cultural Recreativa e Desportiva Felgueirense;-----

----- Associação Cultural e Desportiva de Sobrosa ;-----

----- Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vale de Paredes;-----

-----Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Pomares- Grupo Associativo e Recreativo Académico de Vila Moinhos;-----

----- Rancho Folclórico “Os Unidos” de Mortágua;-----

-----Banda Filarmónica de Mortágua.-----

-----E ainda, um apoio de setenta e cinco euros (75,00 €) ao Rancho Folclórico “Os Camponeses” do Freixo que, alguns dos seus elementos, colaboraram no canto de algumas marchas”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lucrativos, com um saldo de cento e setenta e nove mil seiscientos e vinte e cinco euros e quarenta e quatro euros (179.625,44 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027– Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo nove mil novecentos e trinta e oito euros e onze cêntimos (9.938,11 €) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta.-

6.2.-ASSOCIATIVISMO - Regulamento Municipal Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras:-----

6.2.1.-X Festa do Vinho do Sporting Clube de Vale de Acores:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido do Sporting Clube de Vale de Acores dando conhecimento que está a organizar a sua já tradicional Festa do Vinho, no próximo dia 5 de julho corrente, e que irá contar com participação duzentos e onze (211) pequenos produtores do Concelho e solicitando o apoio financeiro da Câmara Municipal para a aquisição de prémios aos concorrentes.-----

-----Considerando esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----O Senhor Presidente propôs a atribuição de um subsídio no montante de setecentos euros (750,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e setenta e nove mil seiscientos e vinte e cinco euros e quarenta e quatro centimos (179.625,44 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027– Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo nove mil novecentos e trinta e oito euros e onze centimos (9.938,11 €) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto para apoio à organização da ação e a transferir aquando da realização do evento, e autorizar o registo do compromisso no orçamento municipal do corrente ano. -----

6.2.2.-Associação Cultural e Desportiva e Recreativa de Vila Nova - Obras de Conservação no Edifício Sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a atividades, remetido pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vila Nova para apoio a obras de melhoramento e conservação no seu edifício sede, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do artigo 4.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio no montante de vinte mil euros (20.000,00 €) de apoio à realização de obras de melhoramento e conservação no seu edifício sede.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2015/5029 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de cinquenta e seis mil trezentos e quarenta e seis euros e onze centimos (56.346,11 €) e tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de duzentos e sete mil trezentos e quarenta e seis mil e onze centimos (207.346,11 €).--

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a proposta.

6.2.3.-Associação de Caça e Pesca de Mortágua – Obras de Melhoramento no Edifício sede:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a atividades, remetido pela Associação de Caça e Pesca de Mortágua para apoio a obras de melhoramento e conservação no seu edifício sede e espaço envolvente, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Assim, considerando que estão reunidas as condições para atribuição do presente subsídio, nos termos do disposto do art.º 4.º Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, mediante celebração de protocolo, proponho a atribuição de um subsídio no montante de vinte mil euros (20.000,00€) de apoio à realização de obras de melhoramento e conservação no seu edifício sede e espaço envolvente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2015/5029 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de cinquenta e seis mil trezentos e quarenta e seis euros e onze centimos (56.346,11 €) e de e tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de duzentos e sete mil trezentos e quarenta e seis euros e onze centimos (207.346,11 €)

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovou a proposta do Senhor Presidente.-----

6.3.-APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----

6.3.1.-Obras de Melhoramentos na Capela do Carapinhal - Regulamento Municipal Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presentes a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento, remetido pela Fábrica da Igreja da Paróquia de Cortegaça, entende-se que este



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para as obras de restauração e beneficiação do interior da Capela do Carapinhal. Trata-se de património de cariz religioso de grande valor para a povoação, tendo sido construída com o esforço das gentes do Carapinhal, que empenharam muito o seu tempo e dedicação na edificação deste projeto considerando como uma mais valia para toda a comunidade.-----

-----Toda a envolvência da população do Carapinhal pauta-se por actuação por orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza religiosa, mas também cultural, contribuindo, assim para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Este investimento reveste um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimento local.-----

-----Assim, nos termos do disposto do artigo 2º. e nº. 2 do artigo 4º. do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do seguinte subsídio de apoio financeiro a investimentos:-----

-----Fábrica da Igreja da Paróquia de Cortegaça, no montante de €1.000,00 (mil euros)".-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de subsídio.-----

7. -SAÚDE:-----

7.1.-Funcionamento do Centro de Saúde de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício referência 1129, de 19 de junho findo, da ARSC – Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., dando conhecimento que:-----

-----Desde o dia 13 de maio passado o Centro de Saúde de Mortágua conta com a colaboração de dois jovens médicos, o que garantiu que no início de junho todos os cidadãos de Mortágua passaram a dispor de médico de família.-----

-----De acordo com o Regulamento Interno do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, o horário das Unidades Funcionais é das 8h às 20 horas nos dias úteis, tendo sido



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

decidido adotar o horário das 8h/20h na Unidade de Saúde de Mortágua a partir de 02/06/2015.-----

-----Com esta medida, todas as Unidades Funcionais praticam o mesmo horário.-----

-----O novo horário da Unidade, nos últimos 18 dias não apresentou qualquer transtorno para os cidadãos, tendo naquele período recebido apenas uma reclamação que não tem relação com a decisão tomada.-----

-----Como poderá vislumbra-se alguma instabilidade a partir de Outubro, fizeram a proposta de considerar Mortágua como um Concelho carenciado em Médicos de Família, possibilitando a atribuição de incentivos à fixação destes profissionais; abriu uma vaga no concurso externo de 2015 (a produzir efeito até setembro); abriu outra vaga no concurso interno 1 de 2015 (a produzir efeito em outubro) e vai abrir mais uma vaga no concurso interno 2 de 2015 (efeito a janeiro de 2016).-----

-----Considerando assim que a situação se manterá equilibrada no futuro, pelo que se propuseram cumprir os seguintes compromissos:-----

-----1.- Redução para um número tendencialmente nulo de utentes sem médico de família atribuído-----

-----2.- Garantia de resposta em consulta não presencial aos utentes com medicação crónica em 72 horas.-----

-----3.- Possibilidade de marcação de consultas conforme os tempos máximos de resposta garantidos estipulados por regulamento em mais de 90% dos pedidos.-----

-----4.- Garantia de resposta a doentes agudos no próprio dia ou nas primeiras 24 h, após triagem.-----

-----5.- Garantia de prolongamento de horário após as 20 h em períodos de maior procura, sempre que se justifique, nomeadamente em situações de surto gripal.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8. -HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

8.1.-BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL – Pedido de alteração do prazo do pagamento de renda:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente requerimento de Maria Natália O. Peixinho e de Maria da Piedade R. Martins, arrendatárias do Bairro de Habitação Social da Gandarada a requererem que seja considerada a sua pretensão de dilação de prazo de pagamento mensal da renda até ao dia 10 de cada mês a vencer.-----

-----A pretensão prende-se no facto dos fracos rendimentos provenientes única e exclusivamente da pequena reforma que possuem, bem assim como o seu agregado familiar, sofrerem amiúdes vezes atrasos que inviabilizam a satisfação em data que o contrato obriga.---

-----Os atrasos que frequentemente as leva ao incumprimento leva-as para o pagamento fora de prazo sofrendo com isso a penalização de juros de mora que debilita ainda mais os seus fracos recursos.-----

-----Sobre o assunto foi presente a seguinte informação da Assistente Social do Município:-----

-----“O aumento do custo de vida (bens de 1ª. necessidade) acompanhado da diminuição das prestações sociais teve como consequência o agravamento das condições de vida, particularmente daqueles cujos rendimentos eram já por si insuficientes. Uma “despesa extra” provoca o incumprimento no pagamento de outras despesas básicas.-----

-----As signatárias Maria Natália Oliveira Peixinho e Maria da Piedade Rodrigues Martins, tem um rendimento mensal respetivamente de trezentos e setenta e seis euros e setenta e nove cêntimos (376,79 €) de pensão social+complemento, e quinhentos e cinquenta e um euros e oitenta e um cêntimos (551,81 €) de pensão de invalidez+pensão de sobrevivência. Estas prestações sociais são pagas no dia 10 de cada mês se o pagamento for efetuado através de transferência bancária.-----

-----No Bairro residem dezoito (18) agregados familiares em situações similares às signatárias,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

outros arrendatários, apresentam ainda rendimentos inferiores .-----

-----A Câmara tem competência legal para alterar a clausula contratual que define o prazo para o pagamento da renda e respetivos agravamentos.-----

-----Assim, não existindo qualquer constrangimento legal que obste a alteração da dita clausula propõe que a mesma seja alterada , ou seja a renda se vença no dia 1 de pagamento até dia 15.-

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade proceder à alteração da referida clausula em todos os contratos passando a renda a vencer no dia 1 e o prazo de pagamento até ao dia 15 de cada mês .-----

9.-SANEAMENTO E SALUBRIDADE:-----

9.1.-REDE DE ESGOTOS E TRATAMENTO DE ÁGUA:-----

9.1.1.-Projeto de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da Freguesia de Espinho Sul (Barracão, Vale da Vide, Pomares, Azival e Soito) – Aprovação:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o projeto de execução de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais Domésticas – Sistema de Espinho Sul (Barracão, Vale da Vide, Pomares, Azival e Soito) elaborado pela Firma Scoprolumba, Ldª. e que mereceu a seguinte informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

-----“ Analisados os projetos de “Drenagem e Tratamento de Águas Residuais Domésticas – Sistema de Espinho Sul (Barracão, Vale da Vide, Pomares, Azival e Soito) elaborado pela Firma Scoprolumba, Ldª. está de acordo com as normas técnicas legais exigíveis e de acordo com o pretendido pela C.M. Mortágua (caderno de encargos respetivo), podendo por isso ser aprovado.-----

-----Os custos de obra previstos são, no total de novecentos e quinze mil novecentos e treze euros e setenta e três centimos (915.913.73 €), assim repartidos:-----

-----1.- Rede de drenagem de Barracão e Vale da Vide – trezentos e oito mil duzentos e sessenta e um euros e cinquenta e cinco centimos (308.261,55 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----2.-Rede de drenagem de Pomares – cento e setenta e quatro mil duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e três cêntimos (174.264,23 €).-----

-----3.-Rede de drenagem do Azival – cento e sessenta e nove mil seiscentos e trinta e dois mil e oitenta e dois cêntimo (169.632,82 €).-----

-----4.-Rede de drenagem do Soito – cento e quarenta e três mil oitocentos e quarenta e oito euros e oitenta e três cêntimos (143.848,83 €).-----

-----5.-ETAR – cento e dezanove mil novecentos e seis euros e trinta cêntimos (119.906,30 €).

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o projeto.---

10.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

10.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

10.1.1.-Plano Operacional Distrital 2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o e:mail do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP através do qual remete o Plano Operacional Distrital de 2015.-----

-----O Plano Operacional Distrital (POD) faz parte integrante do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI), instituído ao abrigo do artº. 9º. do Decreto-Lei nº. 124/2006, de 28 de junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro. Esta componente do PDDFCI, segue as orientações do Regulamento e Guia Técnico do PDDFCI, aprovado por Despacho nº.44/2009, 30 de junho, do Presidente da Autoridade Florestal Nacional, homologado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.-----

-----A operacionalização dos PMDFCI, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª. Intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, concretiza-se através de um Plano Operacional Municipal (POM), que particulariza a execução destas ações.-----

-----O Plano Operacional Distrital visa fornecer uma visão conjunta da realidade distrital, proveniente da compilação, sistematização e consolidação da informação proveniente dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

POM, relativamente aos seguintes parâmetros: Meios e Recursos Humanos; Contactos; Sectores Territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) – Vigilância e Detecção .-Sectores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) – 1ª. intervenção; Setores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) – combate; Sectores Territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE)- Rescaldo Pós –Incêndio.-----

----- Câmara tomou conhecimento.-----

10.1.2.-Emissão de pareceres referente à autorização para ações de (re)arborização: -----

10.1.2.1.-De António Ferreira da Costa:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício ref. 24875/2015/DCNF-C/DLAP, datado de 04 de maio de do corrente ano, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do número 1 do artigo 9º. do Decreto-Lei número 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização de António Ferreira da Costa, tendo o Técnico do Gabinete Técnico Florestal emitido, em 20 de maio, o seguinte parecer:-----

-----“Na sequência do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, e no seguimento do requerimento apresentado pelo ICNF, no âmbito da autorização prévia para ações de rearborização de António Ferreira da Costa com o Registo nº. 8722 do RJAAR.-----

-----Para efetuar ações de rearborização nos prédios a seguir identificados: - Freguesia: Sobral; - Localização: Relvinhas, Vale de Tejoso e Vale de Rossim; - Artigo de Matriz: 788, 162 e 199; Área: 1,69 hectares.-----

-----De acordo com a planta de localização apresentada, após análise e enquadramento do projeto em PDM eficaz, verifica-se que o projeto se insere parcialmente em “espaço natural”, afeto à REN (Reserva Ecológica Nacional) (Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Este enquadramento e condicionantes estão integral e corretamente identificados no projeto apresentado pelo requerente.-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua, verifica-se que estão definidas, bem localizadas e com intervenção adequada, na proposta de projeto apresentada, as Faixas de Gestão de Combustíveis da Rede Secundária nas parcelas que confrontam com Rede Viária Florestal.-----

-----As operações de preparação e mobilização de solo para reflorestação, propostas no projeto são tecnicamente adequadas.-----

-----Tratando-se de uma reflorestação com eucaliptos, não se verifica alteração do coberto existente, a espécie é coincidente com as condições edafoclimáticas da estação.-----

-----As medidas propostas para proteção de solos e controlo de erosão são adequadas para o local, não havendo qualquer inconveniente na realização da ação, para a área em questão.-----

-----As ações propostas pelo requerente, para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, são adequadas e seguem os objetivos e os critérios definidos para a zona em termos de planeamento Municipal de DFCI.-----

-----Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável tendo por base o parecer emitido pelo Técnico do Gabinete Técnico Florestal.-----

10.1.2.2.-De Portucel Soporcel Florestal – Empresa de Desenvolvimento agro – Florestal SA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício ref^a. 31466/2015/DCNF-C/DLAP, datado de 04 de maio último, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do número 1 do artigo 9º. do Decreto-Lei número 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Portucel Soporcel Florestal – Empresa de Desenvolvimento agro – Florestal SA , tendo o Técnico do Gabinete Técnico Florestal emitido, em 17 de junho findo, o seguinte parecer:-----

-----“Na sequência do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, e no seguimento do requerimento apresentado pela Portucel Soporcel Florestal – Empresa de Desenvolvimento agro – Florestal SA ao ICNF, no âmbito da autorização prévia para ações de rearborização de a com o Registo nº. 9952 do RJAAR.-----

-----Para efetuar ações de rearborização nos prédios a seguir identificados: - Freguesia: Pala;- Localização: Valeiro das Cortelhas;- Artigo de Matriz: 1769 e 1772; - Área: 2,7 hectares.-----

-----De acordo com a planta de localização apresentada, após análise e enquadramento do projeto em PDM eficaz, verifica-se que a totalidade da área se insere em “espaço florestal”.-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua, a área confronta com Rede Florestal de Segunda Ordem, para onde estão definidas Faixas de Gestão de Combustíveis da Rede Secundária, previstas no nº. 1 do artigo 15º. do Decreto Lei nº. 17/2009, de 14 de janeiro. Estas Faixas de Gestão de Combustíveis, estão perfeitamente definidas, bem localizadas e com intervenção adequada, na proposta de projeto apresentada pelo requerente.-----

-----As operações de preparação e mobilização de solo para reflorestação, propostas no projeto são tecnicamente adequadas, não induzem aumento do risco de erosão.-----

-----Tratando-se de uma reflorestação com eucaliptos, não se verifica alteração do coberto existente, a espécie é coincidente com as condições edafoclimáticas da estação.-----

-----As medidas propostas para proteção de solos e controlo de erosão são adequadas para o local, não havendo qualquer inconveniente na realização da ação, para a área em questão.-----

-----As ações propostas pelo requerente, para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, são adequadas e seguem os objetivos e os critérios definidos no PMDFCI.-----

-----Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

projeto apresentado.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável tendo por base o parecer emitido pelo Técnico do Gabinete Técnico Florestal.-----

10.1.2.3.-Fernando Ferreira de Oliveira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício referência 28680/52015, datado de 22 de maio último, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do número 1, do artigo 9º., do Decreto-Lei número 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização de Fernando Ferreira de Oliveira, tendo o Técnico do Gabinete Técnico Florestal emitido, em 17 de junho findo, o seguinte parecer:-----

-----“Na sequência do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, e no seguimento do requerimento apresentado pelo ICNF, no âmbito da autorização prévia para ações de rearborização de Fernando Ferreira de Oliveira com o Registo nº. 9573 do RJAAR.-----

-----Para efetuar ações de rearborização nos prédios a seguir identificados:- Freguesia: Sobral;
- Localização: Limoso; - Artigo de Matriz: 3418;- Área: 0,29 hectares.-----

-----De acordo com a planta de localização apresentada, após análise e enquadramento do projeto em PDM eficaz, verifica-se que o projeto se insere parcialmente em “espaço natural”, afeto à REN (Reserva Ecológica Nacional) (Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo), estando ainda na zona de influência do Plano de Ordenamento da Albufeira da Agueira POAA. Este enquadramento e condicionantes estão integral e corretamente identificados no projeto apresentado pelo requerente.-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua, não se verificam condicionantes para a área.-----

-----Tratando-se de uma reflorestação com eucaliptos, a espécie é coincidente com as



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

condições edafoclimáticas da estação.-----

-----Salienta-se contudo a necessidade do cumprimento integral das condicionantes do POAA. Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável tendo por base o parecer emitido pelo Técnico do Gabinete Técnico Florestal.-----

10.1.2.4.-Cindy Domingos dos Santos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício referência 31448/2015/DCNF-C/DLAP, datado de 4 de maio último, do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do número 1 do artigo 9º. do Decreto-Lei número 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização de Cindy Domingos dos Santos tendo o Técnico do Gabinete Técnico Florestal emitido, em 17 de junho findo, o seguinte parecer:-----

-----“Na sequência do despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Júlio Henriques Norte, e no seguimento do requerimento apresentado por Cindy Domingos dos Santos ao ICNF, no âmbito da autorização prévia para ações de re-arborização de a com o Registo nº. 9875 do RJAAR.-----

-----Para efetuar ações de re-arborização nos prédios a seguir identificados:- Freguesia: Pala; - Localização: Malhado da Corga; - Artigo de Matriz: 3661, 3663 e 3664; - Área: 4,17 hectares.-----

-----De acordo com a planta de localização apresentada, após análise e enquadramento do projeto em PDM eficaz, verifica-se que a pretensão insere-se parcialmente em “espaço natural”, afeto à REN (Reserva Ecológica Nacional) (Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo).-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, a área confronta com Rede Florestal de Segunda Ordem, para onde estão definidas Faixas de Gestão de Combustíveis da Rede Secundária, previstas no número 1, do artigo 15º., do Decreto Lei número 17/2009, de 14 de janeiro. Estas Faixas de Gestão de Combustíveis, estão perfeitamente definidas, bem localizadas e com intervenção adequada, na proposta de projeto apresentada pelo requerente.-----

-----As operações de preparação e mobilização de solo para reflorestação, propostas no projeto são tecnicamente adequadas, não induzem aumento do risco de erosão.-----

-----Tratando-se de uma reflorestação com eucaliptos, não se verifica alteração do coberto existente, a espécie é coincidente com as condições edafoclimáticas da estação.-----

-----As medidas propostas para proteção de solos e controlo de erosão são adequadas para o local, não havendo qualquer inconveniente na realização da ação, para a área em questão.-----

-----As ações propostas pelo requerente, para a Defesa da Floresta Contra Incêndios, são adequadas e seguem os objetivos e os critérios definidos no PMDFCI.-----

-----Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade emitir parecer favorável tendo por base o parecer emitido pelo Técnico do Gabinete Técnico Florestal.-----

11.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

11.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – Apoio a iniciativas de outras instituições

– 15º. Prémio de Ciclismo de Mortágua, do Velo Clube do Centro:-----

-----Pelo Senhor foi presente a carta datada de 15 de junho findo, da Associação Velo Clube do Centro, informando que no âmbito do Programa das Festa do Juventude/Feira das Associações vai organizar, no dia 15 de agosto próximo, o 15º. Grande Prémio de Ciclismo de Mortágua que integra todas as categorias, com a presença de todas as equipas nacionais, num total cento e trinta (130) participantes.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim e considerando os custos inerentes a esta realização, no valor de quinze mil euros (15.000,00 €) solicitam o apoio financeiro do município por forma a minimizar os mesmos.---

-----O pedido foi apresentado nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, encontrando-se devidamente instruído e cumprindo os requisitos nele exigidos.-----

-----Considerando que esta associação, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza desportiva e recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sócio- desportivas com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel de extrema importância na dinâmica e desenvolvimentos local, considerando a importância que representam os eventos desta natureza na promoção do Concelho e dos seus recursos endógenos.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que fosse atribuído o subsídio no valor de dez mil euros (10.000,00€) para apoio à realização da prova.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, com um saldo de cento e setenta e nove mil seiscientos e vinte e cinco euros e quarenta e quatro centimos (179.625,44 €) e está inscrito nas opções do Plano do corrente ano no objetivo 08, Desenvolvimento Económico, no projeto 2015/5050, ação 4 – Apoio a Iniciativas de Outras Instituições com um financiamento de cinquenta e três mil e quinhentos euros (53.500,00 €) .-

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de dez mil euros (10.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo conforme



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dispõe o artº. 4º. o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-

11.2.-APOIO E PROMOÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL – Pedido da Empresa PENATIR – Transportes, Ldª. para a cedência de lote no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido, sem data e recebido a 16 de junho findo, da empresa PENATIR – Transportes, Ldª. a informar que já procedeu à alteração a sua sede social para o Concelho de Mortágua, e tendo manifestado interesse num lote no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, e a solicitar assim a cedência do lote contíguo ao que havia efetuado candidatura, em virtude da tipologia de área de negócio que desenvolve e de se tratar de um projeto de construção de raiz que deverá prever com cuidado as necessidades de expansão futura da empresa.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ceder o lote solicitado assim que estejam reunidas as condições para o efeito.-----

12.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

12.1.-PARQUES E ÁREAS AJARDINADAS - Aquisição de parcela de terreno para ampliação do Parque Urbano das Nogueiras :-----

-----O Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos datada de 18 de junho findo, que se transcreve:-----

-----“Como é do conhecimento de V. Exª. o Parque Urbano da Quinta das Nogueiras, encontra-se concluído, sendo, atualmente, um dos pontos na Vila com maior afluência de pessoas para lazer e, sobretudo, recreio infantil.-----

-----A dimensão do Parque /cerca de 5800 m2 e as árvores que se plantaram recentemente e, como é lógico, ainda não produzem sombra que permita a utilização desta infraestrutura por todas as camadas etárias da população, aconselham a que se adquira uma parcela de terreno contígua com árvores de maior porte e que permita o acesso à linha de água (Ribeira da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Fraga).-----

-----Existe um terreno (nº. matricial 10226), com a área de 3303,12 m2 (mapa anexo), com árvores de grande e médio porte (freixos e salgueiros), que produzem sombra num espaço agradável junto à Ribeira da Fraga, em que o proprietário (Sr. Paulo Manuel Conde de Matos) se dispõe a ceder ao domínio público da autarquia mediante o pagamento de um valor “justo”.

-----Em termos do PDM de Mortágua a área de terreno encontra-se localizada em toda a sua extensão em “espaço agrícola” pertencente à RAN (Reserva Agrícola Nacional) e natural, pertencente à REN (Reserva Ecológica Nacional), pelo que nos termos do artº. 21º. do DL 73/2009, de 31 de Março é interdita a construção, excepto em casos muito específicos de construção de habitação ou armazéns de apoio à atividade agrícola, no caso da RAN.-----

-----O terreno em questão é composto por solo agrícola com boa capacidade produtiva, não de regadio. O valor no mercado local para terrenos com características semelhantes ronda os 4€/m2.-----

-----As árvores existentes, atendendo ao seu valor de mercado é de cerca de 5.000 euros.-----

-----O valor total do terreno seria, assim de $(3303,12 \times 4€) + 5000 = 18.212,48$ euros.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade adquirir o terreno com o número matricial 10226 da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça ao Sr. Paulo Manuel Conde de Matos com o cartão de cidadão número 05703699 3zz8, o Número de Identificação Fiscal 101149522.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 070301, com um saldo de duzentos e noventa e seis mil duzentos e noventa e oito euros e trinta e um cêntimos (296.298,31 €) e está inscrito nas opções do Plano do corrente ano no objetivo 11 - Administração, no projeto 2014/52, - Aquisição de terrenos com um saldo de vinte mil euros (20.000,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

13.-ADMINISTRAÇÃO:-----

13.1.-CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, IP E O MUNICÍPIO DE MORTÁGUA, RELATIVO AO BALCÃO DO EMPREENDEDOR:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo a celebrar entre a Agência para a Modernização Administrativa, IP (AMA), e que tem por objetivo regular o sistema de pagamentos eletrónicos a utilizar pelo Município na cobrança de taxas relativas a serviços disponibilizados no BdE, e ainda os mecanismos de atualização das taxas e outros conteúdos informativos, considerando que:-----

-----A AMA é responsável pelo desenvolvimento e gestão do Balcão do Empreendedor (BdE), o balcão único eletrónico, no qual são disponibilizados serviços desmaterializados, incluindo o pagamento das taxas correspondentes por via eletrónica.-----

-----Os pagamentos eletrónicos são suportados pelo sistema Multibanco comum no País através da Plataforma de Pagamentos da Administração Pública (PPAP, uma componente da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública.-----

-----O processo requer a utilização de um ou mais códigos de entidade multibanco, que podem ser da AMA ou do Município, se este dispuser de um próprio.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a celebração do Protocolo.-----

13.2.-COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA – Quota de 2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 246/2015, de 02 de junho findo, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a solicitar o pagamento do valor de três mil oitocentos e vinte e quatro euros e noventa e três cêntimos (3.824,93 €) referente à quota de 2015 deste Município e que foi aprovada na reunião ordinária da CIM de 9 de dezembro



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de 2014.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o valor da quota e proceder à sua transferência.-----

13.3.-PROJETO DE REGULAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Projeto de Regulamento dos Equipamentos Desportivos Municipais elaborado pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças acompanhado da seguinte informação administrativa:-----

-----“Dando cumprimento à deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/06/2015, foi autorizado o início do procedimento relativo à elaboração do Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos, publicitado através do Edital nº.14/2015, de 17 de junho, na página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, para efeitos da constituição como interessado e a apresentação de contributos, nos termos do previsto no nº. 1 do artigo 98º. , do Novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----Tendo terminado o prazo a 30 de junho corrente, informa-se que não ocorreu a constituição de interessados e não foram apresentados quaisquer contributos para a elaboração do referido Projeto de Regulamento.-----

-----Estabelece ainda o artigo 101º. do CPA, que, *quando a natureza da matéria o justifique o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública para recolha de sugestões, procedendo para o efeito à sua publicação na 2ª. Série do Diário da República e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão.*-----

-----Nestes termos, para efeitos de aprovação do Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Municipais pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, de/



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

acordo com a alínea k), do nº. 1, do artigo 33º. e para efeitos da alínea g), do nº.1, do artigo 25º. do Anexo I, da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, deve ao abrigo do artigo 101º. do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro, o Projeto de Regulamento ser publicado na 2ª. Série do Diário da República e submetido a consulta pública pelo período de 30 dias úteis, a contar da data sua publicação para efeitos de recolha de sugestões e disponibilizado na página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, pelo mesmo período.”-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que o Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Municipais seja nos termos do artº. 101 do CPA submetido a consulta pública pelo período de 30 dias, devendo proceder-se à sua publicação na 2ª. Série do Diário da República e disponibilizado na página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, pelo mesmo período para efeitos de recolha de sugestões, e posteriormente ser remetido para aprovação pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com a alínea k), do nº. 1, do artigo 33º. e para efeitos da alínea g), do nº.1, do artigo 25º. do Anexo I, da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

13.4.-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A TRANSFERÊNCIA DO ALVARÁ Nº.76 DO CEMITÉRIO MUNICIPAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 441, Lº.TR/SGD, em 18 de junho findo, de Jorge Manuel Martins Valente de Almeida, portador do Cartão de Cidadão 020450751, residente na Santa Luzia nº. 30, 3800-336 Aveiro, a requerer o averbamento em seu nome do jazigo sito no Talhão D - 423, do Cemitério Municipal de Mortágua.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Justificando o pedido pelo facto de todos os seus parentes mais chegados (mãe, pai e irmã) se encontrarem noutra jazigo do mesmo Cemitério que se encontra sobrelotado, pelo que existe a necessidade imperiosa de proceder à respetiva trasladação, a fim de chegado o momento poder ficar junto deles.-----

-----Nos termos do parecer do Chefe da DAGF estão cumpridas as formalidades previstas no Regulamento do Cemitério Municipal para o pedido ser apreciado em reunião de Câmara considerando a informação administrativa exarada no processo que regista:-----

-----1.-O referido Alvará foi concedido em 4/07/1968 a Virginia Pais de Oliveira Abreu, falecida em 18/07/1997, mãe de Maria Isabel Abreu Reis, conforme declarado na Certidão de Habilitação de Herdeiros que anexa ao requerimento.-----

-----2.-Pela consulta ao programa informático de Gestão do Cemitério Municipal verifica-se que o jazigo encontra-se vago.-----

-----3.-Maria Isabel Abreu Reis, é identificada na referida Certidão de Habilitação, como Cabeça de Casal da herança de sua mães, a qual refere como herdeiro, o seu irmão Fernando Augusto Pais Abreu.-----

-----4.-Por óbito de Fernando Augusto Pais Abreu, ocorrido em 05-03-2013, ficou a irmã Maria Isabel Abreu Reis, sua herdeira e cabeça de casal, conforme documento de Procedimento Simplificado de Herdeiros e Registos anexa ao requerimento.-----

-----5.-Assim, Maria Isabel Abreu Reis é presentemente a única herdeira de herança de sua mãe e seu irmão pelo que reúne as condições para autorizar o averbamento.-----

-----6.-Nas observações constantes do Cap. II da Tabela de Taxas Municipais em vigor, é referido que, “Os direitos concessionários de terrenos ou jazigos, não poderão ser transmitidos por atos entre vivos, sem autorização municipal”, compete à Câmara Municipal autorizar ou não o requerido.-----

-----7.-O averbamento de terrenos, não constando do Regulamento do Cemitério Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

está contudo previsto no artigo 8º., número 2, alínea b), 2) Cap.II da Tabela de Taxas Municipais.-----

-----8.-A Taxa a aplicar pelo averbamento pretendido é no montante de mil duzentos e vinte e cinco euros e setenta e cinco cêntimos (1.625,75 €), conforme o previsto no artigo 8º. , número 2 da Tabela .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade autorizar a transferência do Alvará nº. 76 do Cemitério Municipal.-----

14.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

14.1.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----

14.1.1.-Requerimento número 40/2015, Lº. ORQR, de Josiana Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o número 40,Lº ORQR, em 17/06/2015 de João Ferreira Duarte, natural da Freguesia e Concelho de Mortágua, portador do BI nº.2454814, emitido em 09/09/2003 pelo SIC Viseu, residente em 27,AM SchanK, L 5419 Ehnen, Luxemburgo, representado pela sua Mandatária Drª. Josiana Ferreira, advogada com escritório na Rua Dr. José Lopes de Oliveira, nº.2,1º. E, apartado 25, 3450 – 154 Mortágua, em que expõe o seguinte:-----

-----No decorrer do ano de 2014, o Requerente solicitou a emissão de Declaração de parecer Favorável relativamente à constituição de compropriedade para efeitos de escritura de doação, do prédio rústico inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o nº. 4499, com a área de 0,05590 hectares, a favor de Maria Vitória Rodrigues Duarte, tendo sido emitida a respetiva declaração em 06/11/2014, pelo prazo de seis (6) meses, conforme cópia que anexa:-----

-----Por vicissitudes várias não foi celebrada a escritura, pelo que requer que lhe seja prorrogado o prazo de seis (6) meses constantes daquela declaração, corrigindo ainda a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

indicação de freguesia a que pertence o prédio que é a União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça e não da indicada freguesia de Mortágua.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade deferir a pretensão, devendo os serviços proceder à emissão da declaração com a correção e sem prazo de validade.-----

14.1.2.-Requerimento, 41/2015 Lº. ORQR, de Josiana Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o número 41,Lº ORQR, em 17/06/2015 de João Ferreira Duarte, natural da Freguesia e Concelho de Mortágua, portador do BI nº.2454814, emitido em 09/09/2003 pelo SIC Viseu, , residente em 27,AM SchanK, L 5419 Ehnen, Luxemburgo, representado pela sua Mandatária Drª. Josiana Ferreira, advogada com escritório na Rua Dr. José Lopes de Oliveira, nº.2,1º. E, apartado 25, 3450 – 154 Mortágua, em que expõe o seguinte:-----

-----No decorrer do ano de 2014, o Requerente solicitou a emissão de Declaração de parecer Favorável relativamente à constituição de compropriedade para efeitos de escritura de doação, do prédio rústico inscrito na matriz predial rústica da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o nº. 4496, com a área de 1,80 hectares, a favor de Maria Vitória Rodrigues Duarte, tendo sido emitida a respetiva declaração em 06/11/2014, pelo prazo de seis (6) meses, conforme cópia que anexa:-----

-----Por vicissitudes várias não foi celebrada a escritura, pelo que requer que lhe seja prorrogado o prazo de seis meses (6) meses constantes daquela declaração, corrigindo ainda a indicação de freguesia a que pertence o prédio que é a União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça e não da indicada freguesia de Mortágua.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade deferir a pretensão, devendo os serviços proceder à emissão da declaração com a correção e sem prazo de validade.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

14.1.3.-Procºs. 10/2015/31, e 10/2015/32, de Maria Leonor de Matos Afonso:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) Registado com o nº. 10-2015-31 de Maria Leonor de Matos Afonso, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de António Fernandes de Matos, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, com o artigo 7155 no local denominado “Vale da Prata”, com a área de 4980 metros quadrados e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Leonor de Matos Afonso 1/3 e de António Manuel Fernandes de Matos 2/3.-----

-----b) Registado com o nº. 10-2015-32 de Maria Leonor de Matos Afonso, na qualidade de cabeça de casal da Herança por óbito de António Fernandes de Matos, proprietário de metade do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, com o artigo 6913 no local denominado “Vale de Freira”, com a área total de 1800 metros quadrados e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes da parte do mesmo de que é proprietário ou seja de 900 metros quadrados para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Leonor de Matos Afonso, metade, e de António Manuel Fernandes de Matos, metade.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezanove horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Rosa R. R. R.

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.

[Signature]